



INTERVENÇÃO
Tiago Oliveira, Secretário-geral da CGTP-IN

Camaradas e amigos,

É com grande honra que saudamos o encontro pela Paz - um momento forte de afirmação da luta pela solidariedade e cooperação e pela Paz.

Estamos orgulhosos por, em conjunto com os restantes promotores, organizar este encontro. Este é um espaço de debate, de solidariedade e de acção. Aqui juntam-se muitas vozes dos que se recusam a aceitar a guerra como destino e a injustiça como regra.

A CGTP-IN sempre esteve do lado da paz, da solidariedade entre os povos e a defesa dos direitos dos trabalhadores. Vemos a paz não apenas como ausência de guerra, mas como a construção de um mundo mais justo – com direitos, progresso social e o fim da exploração. Essa visão está na nossa Constituição da República Portuguesa, e também é pelo que está inscrito em matéria de dissolução dos blocos militares, de resolução pacífica dos conflitos, que a AD, o CH e a IL, a querem subverter.

Mas nós afirmamos com clareza: o essencial hoje não é reescrever a Constituição — é cumpri-la! Precisamos aplicar os direitos que ela consagra – como o seu artigo 7.º, que afirma Portugal como um país promotor da paz, da cooperação entre os povos e pelo desarmamento geral, simultâneo e controlado. É neste compromisso que nos posicionamos, com firmeza e convicção.

Sabemos que para o capital a guerra é uma ferramenta: para dominar, explorar e conter os trabalhadores e os povos. A crise estrutural do sistema capitalista, que se manifesta em crises cíclicas cada vez mais violentas e regulares, com o capital a procurar reverter a perda relativa de hegemonia dos EUA, empurra o mundo para a sua estratégia de aprofundamento da guerra e de promoção de forças fascistas e xenófobas — com o objectivo de preservar lucros e aprofundar a acumulação do capital em cada vez menos mãos, travar o desenvolvimento soberano dos Estados e colocar em causa os direitos dos trabalhadores.

A União Europeia, revela a sua face e segue essa lógica, coincidente com os interesses da NATO e que corresponde aos interesses do EUA. Empurra os povos da Europa para uma perigosa escalada — a escalada das tensões, dos conflitos, da guerra, da corrida desenfreada ao armamento. Este alinhamento com a lógica da confrontação e do militarismo é um projecto, um plano, um caminho que está a ser imposto com crescente descaramento.

O programa originalmente chamado “Rearmar a Europa” - a hipocrisia obrigou a dar-lhe um nome mais aceitável, mas o seu conteúdo e objectivos mantêm-se inalteráveis - são 800 mil milhões de euros para a indústria da guerra. Dinheiro que falta aos fundos de coesão que poderiam ser utilizados para colmatar desequilíbrios territoriais e para melhorar a vida das populações e dos trabalhadores. Mas não, em vez disso vão para a destruição e para a guerra, para o negócio da morte e para os bolsos dos que dominam o complexo militar industrial.

Verbas que escapam às regras orçamentais, que se mantêm rígidas e impiedosas quando se trata de investir na saúde, na educação, na habitação, na melhoria e reforço dos serviços e funções sociais do Estado. As despesas militares não estarão sujeitas ao cálculo do défice e da dívida, demonstrando a aposta que é feita na promoção da guerra em detrimento da melhoria das condições de vida e trabalho.

Querem atrelar a esse plano o relançamento da indústria europeia, colocando o futuro industrial da Europa dependente da manutenção da guerra e dos conflitos.

Portugal não escapa a esta lógica. O governo em gestão, incapaz de concretizar os compromissos com os trabalhadores, foi capaz de se comprometer com a antecipação do cumprimento dos 2% do PIB para as despesas militares ao serviço da lógica imposta pela UE.

Os 2% do PIB para armamento são mais que o investimento dos últimos anos na habitação, e vão pressionar as verbas, que já hoje faltam, na saúde e na educação, na justiça e na cultura, no poder local e nos transportes. Dinheiro que faz falta para elevar as condições de vida e vai direito para indústria da guerra e da morte comandada a partir de Bruxelas.

Esta aposta na guerra, e para que ela seja possível, vem acompanhada de ataques às liberdades e garantidas. Criminalizam-se os que lutam pela paz, prendem-se activistas da causa palestiniana, e o genocídio contra o povo palestino é tratado como uma guerra e os crimes de Israel são normalizados, crianças assassinadas na faixa de Gaza são tratadas como danos colaterais. Ataca-se quem defende o fim da guerra e o direito de autodeterminação dos povos.

Querem pôr trabalhadores contra trabalhadores. Apontam o dedo aos que fogem da guerra e da exploração, quem busca uma vida melhor. Dizem que a guerra se combate com mais guerra. Mentira! Mais armas só trazem mais confronto. É por isso que é preciso coragem para dizer que basta de corrida aos armamentos, vamos lutar pela paz.

Vivemos tempos de enorme complexidade. Já no último encontro denunciávamos o agravamento da situação internacional. Hoje vemos a situação agravada. Quando há dois anos falámos da necessidade de uma resolução diplomática da guerra na Ucrânia muitos ignoravam. Agora, com a destruição de um país, com milhares de mortos, até os mais insuspeitos pedem negociações. O caminho, para quem defende a paz, sempre foi claro, ter coragem para exigir uma saída negociada dos conflitos e o respeito pelo direito internacional.

É urgente acabar com o criminoso bloqueio a Cuba, que há mais de 60 anos tenta dobrar o povo cubano aos interesses dos EUA.

Exigimos o fim da ocupação do Saara Ocidental por parte de Marrocos e a garantia do direito de Autodeterminação do povo Saaráuí.

A necessidade de parar a guerra, seja no Iémen, em África ou nos mais de 50 países onde, com graus e intensidade distinta, se desenvolve.

Não podemos calar o genocídio contra o povo palestiniano. Gaza está a ser massacrada. Israel impede a entrada de ajuda humanitária, condenando crianças à fome e à sede. Exigimos o fim do massacre e da cumplicidade da União Europeia e de Portugal com os crimes de Israel.

A guerra não é solução. A história ensinou-nos isso. O direito internacional, consolidado com o final da segunda guerra mundial, o acervo de conferências, regras, tratados convenções e organismos multilaterais – nomeadamente a ONU ou os tratados para a não proliferação e abolição de armas

nucleares - apontam o caminho da paz, as relações de amizade e cooperação, o respeito pelas soberanias nacionais e convoca-nos para que não se repita o horror que há 80 anos foi derrotado com a derrota do Nazi Fascismo.

Os trabalhadores têm levantado a bandeira da Paz, como fizeram a 18 de Janeiro, na grande manifestação pela paz, exigindo que se corte na guerra e que se aumentem os salários. Tornaram-no bem claro na grande jornada de luta e solidariedade internacionalista que é o 1º de Maio, o dia do trabalhador. Tornam-no bem claro no dia a dia, nas empresas e locais de trabalho, ao exigirem o aumento dos salários, a valorização das suas carreiras e profissões, a redução do horário de trabalho, a defesa e conquista de mais direitos. Por melhores condições de vida e de trabalho, contra a exploração, a luta dos trabalhadores é uma luta transformadora pelo progresso.

Não podemos normalizar o horror, ignorar a violência ou banalizar a morte. Este é o momento de organizar a esperança, a partir dos interesses da maioria, a partir dos interesses de classe dos trabalhadores e das populações. Este é o tempo de construir um mundo melhor, de paz, progresso e justiça social.

Que ninguém falte à chamada, cá estamos para, com os trabalhadores, defender, conquistar e avançar nos direitos, na solidariedade e paz.

Seixal, 31.05.2025